

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009200-72.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **Clemaciana Maria de Carvalho Alencar**
Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha contrato de financiamento de veículo com o réu, deixando de quitar algumas prestações em decorrência de dificuldades financeiras que atravessou.

Alegou também que posteriormente fez acordo com o réu para o pagamento de seu débito.

Salientou que ainda assim o título pertinente ao fato continuou protestado, o que lhe gerou danos cujo ressarcimento postula, além da declaração da inexistência do débito a ele relativo.

A existência da dívida a cargo da autora é incontroversa, tanto que admitida pela mesma na inicial (fl. 02, segundo parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É certo que em face disso houve o protesto do título que a representava (fl. 48).

Extraí-se também que o autora efetuou o pagamento em 09 de maio de 2017, enquanto o protesto foi apresentado e protocolado em 24 de abril de 2017 sendo efetivamente protestado em 08 de maio de 2017.

A conjugação desses elementos leva ao acolhimento parcial da pretensão deduzida, impondo-se a declaração da inexistência da dívida trazida à colação.

No mais, porém, os pedidos da autora não vingam.

Como visto, o réu agiu no exercício regular de seu direito ao protestar o título indicado a fl. 49 diante da inadimplência confessada da autora.

Seu ato foi legítimo, portanto, de modo que tocava à autora tomar as providências necessárias para a baixa do protesto.

Se poderia haver alguma dúvida quanto ao tema se o protesto fosse tirado indevidamente, no caso dos autos isso inócorre porque não se vislumbra vício algum do réu ao realizá-lo.

Não se pode olvidar que o interesse para a solução do problema posto era precipuamente da autora, até porque tem o direito de exigir a correção de dados inseridos em lançamento dessa natureza (art. 43, § 3º, do CDC).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de perfilar esse entendimento:

“INDENIZAÇÃO – DANO MORAL – CHEQUE - DEVOLUÇÃO – CADASTRO DE INADIMPLENTES – Anotação do nome da autora em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito em caso de inadimplência – Possibilidade – Após quitada a dívida - Obrigação do devedor em promover a exclusão de seu nome dos cadastros de órgão proteção ao crédito – Não cabimento de danos morais – Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJ-SP, Apelação nº 005481-07.209.8.26.073, 2ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ROBERTO MAC CRACKEN**, j. 17/07/2014).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, razão pela qual não se cogita de obrigação da ré em indenizar a autora sob qualquer título em virtude dos fatos discutidos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos.

Torno definitiva a decisão de fls. 50.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 24 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**